

**N**ão foi por falta do que fazer que os deputados e senadores deixaram dormir na pauta as leis complementares à Constituição. Pouca disposição para o trabalho de rotina legislativa explica melhor a perda do impulso dos constituintes, depois que se despiram da condição privilegiada. Não fosse o presidente daquela assembléia, deputado Ulysses Guimarães, e certamente a Constituição teria demorado não se sabe quanto tempo mais para ser promulgada.

O fato é que, sob a presidência de Ulysses Guimarães, a Constituinte e a Câmara estavam sob comando e autoridade, que são atributos pessoais. Quando a opinião pública demonstrou impaciência com a morosidade dos constituintes, o presidente daquela assembléia soube despertar os brios de uma representação que teria decidido melhor se optasse, quando encerrou a missão para a qual se elegeu em 1986, pela extinção do mandato. Preferiu ceder à lei do menor esforço, e continuou a exercer como se fosse normal um mandato político especial.

Promulgada a Constituição em 5 de outubro de 1988, a sociedade esperava que deputados e senadores passassem aos deveres de casa que assumiram como responsabilidade decorrente da decisão de se converterem em legisladores. Tudo que ficou pendente de lei complementar e especial para vigorar era uma pauta moral. Mas o tempo continuou a passar sem que deputados e senadores se dispusessem a arregaçar as mangas. Ninguém melhor do que eles, que viveram na Comissão de Sistematização e no plenário o debate, para dar continuidade ao impulso reformista que inscreveu na Constituição conceitos novos.

A atual representação deixou-se apavorar pelo fantasma que vê nas urnas e de que as pesquisas dão informações assustadoras. A elevada taxa de renovação parlamentar, desta vez, prenuncia um paroxismo. Há estimativas de que poderá oscilar

entre 70 e 80 por cento a parcela dos que não voltarão. Diante dos sinais emitidos anonimamente pelos eleitores, os parlamentares são assaltados por sentimentos desencontrados: a vontade de desistir antes é a disposição de fazer uma tentativa desesperada impedem o exame sereno da questão política.

A contagem regressiva do tempo disponível é desanimadora. A campanha dos candidatos à reeleição não se completa nos fins de semana que vão de sexta a terça-feira. E o atraso parlamentar não será tirado com apenas dois dias inteiros na semana. Este mês de maio não conseguirá mais do que organizar um esquema e acionar as providências para que o Congresso trabalhe a todo vapor em junho, porque julho está reservado ao recesso parlamentar, que é sagrado. Agosto e setembro se destinam à campanha, que depende do final.

A preparação de um esforço concentrado em junho tem um toque de irrealismo porque não é uma boa coincidência apresentarem-se juntos a Copa do Mundo e a votação das matérias legislativas em atraso. Dificilmente haverá boa vontade dos funcionários. A atenção parlamentar estará dispersa, porque dividida entre tantos jogos, o patriotismo e as questões políticas.

É inevitável a conclusão, que vai estourar em todas as cabeças, a respeito da intenção que podia estar oculta atrás da iniciativa, mas que ficou visível: o esforço concentrado que se prepara é eminentemente eleitoral. Melhor, eleitoreiro. Os mais ameaçados querem impressionar o eleitor, de quem as pesquisas de opinião dão notícias alarmantes para deputados e senadores. Avaliando melhor, percebe-se que a tentativa de salvar as aparências pode ter piores consequências do que a simulada moralização que anuncia cortes de mordomias e privilégios, mas na ponta do iceberg. O que há de mais comprometedor fica abaixo da linha de flutuação.